

***Rodovias Integradas do Oeste S.A.
(Companhia Fechada)***

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de dezembro de 2013 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Relatório da Administração

1. Mensagem à sociedade

A SPVias iniciou suas atividades operacionais em 10 de fevereiro de 2000 e passou a integrar o Grupo CCR a partir do ano de 2010. A CCR SPVias administra 516 quilômetros de rodovias que compõem o Lote 20 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, por onde trafegam diariamente mais de 74,5 mil veículos, compreendendo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258).

A operação das rodovias oferece conforto, fluidez e segurança aos usuários, beneficiando ainda uma população litorânea de aproximadamente 809 mil habitantes. Estas rodovias constituem a principal ligação entre a capital e a região sudoeste do Estado de São Paulo, além dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

A CCR SPVias desenvolve também programas socioculturais e ambientais, que são alinhados às iniciativas do Grupo CCR e beneficiam usuários e as comunidades da região abrangida pelo lote da Concessionária. São projetos de educação para o trânsito, qualidade de vida para os motoristas e pedestres, e diversos outros que valorizam, sobretudo, a cidadania e preservação da vida.

1.1 Apresentação

Srs. Acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as referidas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, bem como sumário do trabalho que a Rodovias Integradas do Oeste S.A. - CCR SPVias vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades litorâneas, Poder Concedente e demais públicos interessados e da superação dos limites e da qualidade dos serviços prestados.

2. Estratégia e gestão

2.1 Os principais investimentos realizados em 2013 foram:

SP 270 - Rodovia Raposo Tavares

- Duplicação de 4,7 quilômetros entre o km 117+900 ao 120+000 e o km 130+000 ao 132+620;
- Duplicação de 10 quilômetros entre o km 120+000 ao 130+000;
- Implantação de 02 dispositivos de acesso e retorno nos km 122+300 e 129+200.

SP 258 - Rodovia Francisco Alves Negrão

- Programa de Recuperação de Pavimento 3ª Intervenção – 119,87 quilômetros de pista (dupla / simples) recuperados, dentro do trecho compreendido entre o km 222+800 (Capão Bonito) ao 342+670 (Itararé).

SP 255 - Rodovia João Mellão

- Programa de Recuperação de Pavimento 3ª Intervenção – 50,42 quilômetros de pista (simples) recuperados, dentro do trecho compreendido entre o km 237+770 (Avaré) ao 288+190 (Itaí).

SP 280 – Rodovia Presidente Castello Branco

- Programa de Recuperação de Pavimento 3ª Intervenção – 185,434 quilômetros de pista (dupla) recuperados, dentro do trecho compreendido entre o km 129+600 (Tatuí) ao 315+030 (Santa Cruz do Rio Pardo).

3. Desempenho econômico e financeiro

3.1 Riscos de mercado

Nossas operações estão localizadas no Brasil e, portanto, as condições econômicas e políticas brasileiras podem afetar adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados por tais intervenções, bem como por outros fatores econômicos, tais como:

- Aumento na taxa de inflação;
- CDI, relativa a emissões de Debêntures;
- TJLP, relativa a financiamentos na modalidade FINAME e BNDES;
- CDI, relativo CCBs e NPs;
- Políticas e variações cambiais;
- Ausência de crescimento econômico interno;
- Instabilidade social;
- Diminuição de liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimo;
- Política monetária;
- Aumento nas taxas de juros;
- Instabilidade de preços, especialmente preço de combustíveis;
- Controles sobre importação e exportação;
- Política fiscal e alterações na legislação tributária;
- Outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas no Brasil ou que afetem o Brasil.

Ademais, temos os seguintes pontos de atenção, como risco de crédito, isto é, decorrente da possibilidade da Companhia, sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, bem como o risco de estrutura de capital (ou risco financeiro), decorrente da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia fizer para financiar suas operações.

3.2 Dados econômicos

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior V_{eq}^1

Em unid. ²	2013	2012	Var.%
Veículos Equivalentes	64.160.783	58.259.986	10,1%
Veículos Leves (Eq)	19.757.445	18.876.914	4,7%
Veículos Pesados (Eq)	44.403.338	39.383.072	12,7%

1- Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2- Nas praças em que a cobrança de pedágio é unidirecional, os volumes de tráfego foram dobrados para se ajustar àquelas que já adotam a cobrança bidirecional. Esse procedimento é baseado no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Tráfego consolidado (+10,1%)

O tráfego de veículos equivalentes na CCR SPVias registrou em 2013 um crescimento de 10,1% em comparação a 2012, destacando-se o crescimento nas regiões de Avaré, Itapetininga, Capão Bonito e Itararé.

Veículos de passeio (+4,7%)

Em 2013, o crescimento dos veículos de passeio na CCR SPVias foi de 4,7% sobre o ano anterior. Esse aumento no tráfego é significativo e resultante do bom desempenho nos feriados prolongados.

Veículos comerciais (+12,7%)

O tráfego de veículos comerciais apresentou, em 2013, um crescimento de 12,7% sobre o ano anterior. Com destaques positivos para o transporte de madeira e cana-de-açúcar, que possuem polos geradores em nosso trecho, abastecendo fábricas de celulose e usinas de açúcar e etanol, além destes fatos, o ano de 2013 apresentou safra recorde de milho e soja, resultando em um considerável aumento no transporte destes produtos.

3.3 Receita bruta

Receita bruta [R\$ mil]	2013	2012	Var.%
Receita de pedágio	519.228	461.314	12,6
Receitas acessórias	2.968	2.724	8,9
Receita de construção	118.962	60.628	96,2
Receita bruta total	641.158	524.666	22,2

3.4 Receita líquida

A receita líquida cresceu 23% em 2013 quando comparada ao ano de 2012, atingindo o valor de R\$ 596 milhões, como resultado do crescimento de tráfego do sistema.

As deduções sobre a receita operacional bruta aumentaram em 12,4%, alcançando o valor de R\$ 45 milhões, impactadas principalmente pelo crescimento de 12,6% nas receitas operacionais. Os tributos incidentes são: ISS, cuja alíquota varia de um município para o outro, até o limite de 5% sobre a receita operacional bruta; PIS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 0,65% de todas as nossas receitas; e COFINS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 3% de todas as nossas receitas.

3.5 Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados é composto por:

- Depreciação e amortização, que são computadas com base na vida útil dos investimentos nas rodovias, limitadas ao prazo da concessão;
- Custo de construção, que é o valor dos investimentos realizados na rodovia, classificado como “intangível”;
- Provisão de manutenção, que é o valor apropriado das futuras intervenções na rodovia para manter a qualidade e operacionalidade previstas no Contrato de Concessão;
- Custos da outorga pagos ao Poder Concedente, que incluem somente valores variáveis, equivalentes a receita bruta mensal de pedágio da receita bruta mensal acessória;
- Outros custos, seguro, aluguel, viagens, eletricidade, telecomunicações e água.

3.6 Despesas Administrativas

As despesas administrativas são compostas primordialmente por salários e outros benefícios concedidos à nossa administração. O principal fator de influência nessa despesa é o número de funcionários.

3.7 Endividamento

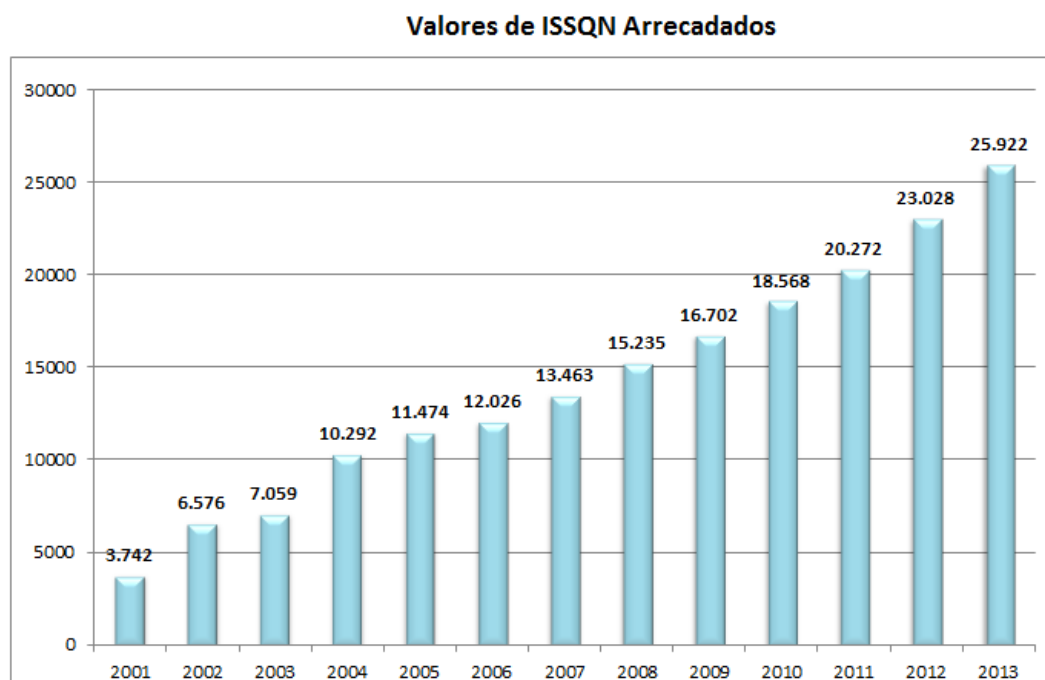
No ano de 2013, a companhia, visando reduzir o custo de sua dívida, emitiu R\$ 800 milhões de reais em debêntures não conversíveis a 105% do CDI, com a finalidade de substituir dívidas já existentes e de custo mais elevado, cuja taxa era de 116,5% do CDI.

Composição da Dívida [R\$ MM]	Index.	Custo Médio	Dez/13	%
Financiamentos - BNDES	TJLP	TJLP + 5,5% a.a.; TJLP + 2,8% a.a., e UMBNDES + 5,5% a.a.	31	2,47
Leasing	Vários	Vários	0,40	0
Debêntures – Série única	CDI	105 e 109,3% do CDI	1.223	97,53
Total			1.254	100,0

3.8 ISSQN repassado aos municípios

Em 2013, a CCR SPVias recolheu aproximadamente R\$ 26 milhões em ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) aos cofres dos 26 municípios que fazem parte da malha rodoviária que administra: Águas de Santa Bárbara, Alambari, Araçoiaba da Serra, Avaré, Bofete, Buri, Capão Bonito, Capela do Alto, Cerqueira Cesar, Cesário Lange, Iaras, Itaberá, Itaip, Itapetininga, Itapeva, Itararé, Itatinga, Pardino, Porangaba, Quadra, São Miguel Arcanjo, Sarapu, Santa Cruz do Rio Pardo, Taquariva, Tatu, Torre de Pedra, que, juntos, somam aproximadamente 809 mil habitantes, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social. O gráfico a seguir demonstra os valores recolhidos pela CCR SPVias:

ISSQN - Repassado aos Municípios 2001-2013 (valores expressos em R\$ mil)



3.9 Reajustes de Tarifa de Pedágio

Conforme as notícias veiculadas pela imprensa, o Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas previstos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGPM (Fundação Getúlio Vargas) e definir várias medidas de compensação de seu impacto, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar.

Para efetivar tais deliberações, foram adotadas, até o momento, as seguintes medidas: (i) o Secretário Estadual de Logística e Transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável. Outras deliberações ainda poderão ser adotadas pelo Estado para garantir a compensação efetiva do não reajuste das tarifas.

3.10 Investimentos

A CCR SPVias já investiu cerca de R\$ 1,044,348 bilhões, em valores correntes, desde 2000, nas rodovias SP 127, SP 255, SP 258, SP 270 e SP 280. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lindeira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos, destacam-se:

- **Rodovia SP 127 - Antonio Romano Schincariol (km 105+900 ao km 147+980) e Francisco da Silva Pontes (km 158+060 ao km 213+150) - 97,17 quilômetros**

- Duplicação de 55,09 quilômetros entre o km 158+060 e o km 213+150;
- Implantação de 13 dispositivos de entroncamento e retorno;
- Implantação de 110 quilômetros de acostamentos;
- Implantação de cinco pontes;
- Alargamento e/ou melhoramento de sete obras de arte especiais;
- Implantação de duas passarelas;
- Implantação de um posto de pesagem móvel;
- Implantação de duas bases SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário);
- Recuperação e/ou melhoria de 20 obras de arte especiais;
- Implantação de 26 faixas de aceleração e desaceleração de pontos de ônibus;
- Implantação de 88 telefones de emergência;
- Implantação de Posto Geral de Fiscalização no km 172+600;
- Recapeamento de 194,34 quilômetros de pista (dupla);
- Implantação do acesso ao Fórum de Tatuí – km115+780.

- **Rodovia SP 255 - João Mellão (km 237+770 ao km 288+190) - 50,42 quilômetros**

- Implantação de 53 quilômetros de faixas adicionais;
- Implantação de 87 quilômetros de acostamentos;
- Alargamento e/ou melhoria em uma obra de arte especial;
- Implantação de uma passarela;
- Implantação de um posto de pesagem móvel;
- Implantação de uma base SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário);
- Implantação de 6 telefones de emergência;
- Recuperação e/ou melhoria de 13 obras de arte especiais;
- Implantação de 20 faixas de aceleração e desaceleração de pontos de ônibus;
- Recapeamento de 52,42 quilômetros de pista (simples e dupla).

- **Rodovia SP 258 - Francisco Alves Negrão (km 222+800 ao km 342+670) - 119,87 quilômetros**

- Duplicação de 3,48 quilômetros entre o km 222+800 e o km 226+280;
- Contorno de 2,8 quilômetros entre o km 262 ao 264,8 - Contorno de Taquarivaí;
- Implantação de 2 dispositivos de entroncamento e retorno – Contorno de Taquarivaí;
- Implantação de 1 passagem inferior – Contorno de Taquarivaí;
- Implantação de 123 quilômetros de acostamentos;
- Alargamento e/ou melhoria em 13 obras de arte especiais;
- Implantação de três passarelas;
- Implantação de dois postos de pesagem móvel;
- Implantação de uma base SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário);
- Implantação de dois telefones de emergência;
- Recuperação e/ou melhoria de 33 obras de arte especiais;
- Implantação de 34 faixas de aceleração e desaceleração de pontos de ônibus;
- Recapeamento de pista 122,87 quilômetros (simples e dupla);
- Recuperação de Pavimento 3ª Intervenção – 119,87 quilômetros recuperados.

- **Rodovia SP 270 - Raposo Tavares (km 115+500 ao km 168+210) - 52,71 quilômetros**

- Duplicação de 4,7 quilômetros entre o km 117+900 ao 120+000 e o km 130+000 ao 132+620;
- Duplicação de 10 quilômetros entre o km 120+000 ao 130+000;
- Implantação de 02 dispositivos de acesso e retorno nos km 122+300 e 129+200;
- Duplicação de 7,7 quilômetros entre o km 158+400 e o km 166+100;
- Duplicação de 4,5 quilômetros entre o km 115+500 ao 120+000;
- Duplicação de 2,6 quilômetros entre o km 130+000 e 132+600;
- Implantação de seis dispositivos de entroncamento e retorno;
- Implantação de oito quilômetros de faixas adicionais;
- Implantação de 92 quilômetros de acostamentos;
- Alargamento e/ou melhoria em três obras de arte especiais;
- Implantação de uma passarela;
- Implantação de uma base SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário);
- Recuperação e/ou melhoria de duas obras de arte especiais;
- Implantação de 29 faixas de aceleração e desaceleração de pontos de ônibus;
- Instalações para a Polícia Militar Rodoviária;
- Implantação de Posto Geral de Fiscalização no km 137+400;
- Recapeamento de 72,71 quilômetros de pista (simples e dupla);
- Recuperação e recapeamento de Pista Dupla do km 158+400 ao 168+210;
- Recuperação e Recapeamento de 4,5 quilômetros entre o km 115+500 ao 120+000;
- Recuperação e Recapeamento de 2,6 quilômetros entre o km 130+000 e 132+600;
- Recuperação do Pavimento de 3 Trevos;
- Implantação de 20 telefones de emergência.

- **Rodovia SP 280 - Castello Branco (km 129+600 ao km 315+034) - 185,43 quilômetros**

- Duplicação de 1,8 quilômetro entre o km 204+750 e o km 206+523 (Serra de Botucatu);
- Implantação de dois viadutos (Serra de Botucatu);
- Implantação de quatro dispositivos de entroncamento e retorno;
- Melhoramento de 13 dispositivos de entroncamento e retorno;
- Alargamento e/ou melhoria em duas obras de arte especiais;
- Implantação de dois postos de pesagem móvel;
- Implantação de três bases SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário);
- Recuperação e/ou melhoria de 78 obras de arte especiais;
- Implantação de 39 faixas de aceleração e desaceleração de pontos de ônibus;
- Implantação de 377 telefones de emergência;
- Implantação de Posto Geral de Fiscalização no km 134+700;
- Recapeamento de 370,86 quilômetros de pista (dupla);
- Programa de Recuperação de Pavimento 3ª Intervenção - 124 quilômetros de pista (dupla) recuperados;
- Programa de Recuperação de Pavimento 3ª Intervenção – 185,434 quilômetros de pista (dupla) recuperados, dentro do trecho compreendido entre o km 129+600 (Tatuí) ao 315+030 (Santa Cruz do Rio Pardo).

4. Sustentabilidade

4.1 Meio ambiente

A fim de preservar o meio ambiente e conseqüentemente a qualidade de vida dos usuários e das comunidades, a CCR SPVias promove diversas ações ambientais, indo além do atendimento às exigências legais.

A prevenção e recuperação de erosões, o plantio de mudas nativas, os sistemas de gestão de água e de resíduos sólidos, as passagens de fauna silvestre e o plano de atendimento a emergências são exemplos destas ações.

Monitoramento e Recuperação de Não Conformidades Ambientais - Trabalhando de maneira preventiva à ocorrência de não conformidades ambientais que venham a provocar impactos nos ecossistemas próximos, a CCR SPVias inspeciona periodicamente bueiros e canaletas de cristas de taludes e de saias de aterro, detectando pontos críticos.

Recuperação de Passivos Ambientais - A ARTESP estabelece um plano de recuperação de no mínimo 5% do passivo total existente a cada ano de concessão. Até o ano de 2013, a CCR SPVias recuperou 75% dos seus passivos ambientais decorrentes da implantação e/ou operação de suas rodovias, cumprindo 10% além do estabelecido.

Projetos de Reflorestamento com Mudas Nativas - Compromissada com as compensações ambientais geradas ao longo dos anos de concessão, a CCR SPVias já plantou cerca de 273.064 mudas de espécies nativas. Os locais protegidos estão ligados a importantes rios da região, sendo que alguns destes abastecem cidades do trecho concedido, além de apresentarem grande importância regional.

Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos – Alinhados com os objetivos da nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, a CCR SPVias destinou no ano de 2013, a cooperativas de materiais recicláveis, cerca de 1.000 m³ de resíduos, correspondendo a cerca de 30% do total recolhido nas rodovias e seus postos administrativos.

Programa de Atendimento a Emergências - Dentro do Programa de Atendimento a Emergências, a CCR SPVias promove eventos de fiscalização e de educação envolvendo o transporte de produtos perigosos. As *blitzes* de produtos perigosos são eventos em que se fiscalizam os veículos transportadores, em vista dos riscos adicionais que podem causar ao longo do trajeto. Têm a finalidade de atuar na conscientização de motoristas e empresas sobre a necessidade de adequação às normas de segurança, e conseqüentemente, reduzir o número de acidentes relacionados.

4.2 Projetos Socioculturais

O relacionamento da CCR SPVias com seus diferentes públicos é reforçado por uma série de ações socioculturais, cujo objetivo é contribuir para a melhoria das condições de vida dos cidadãos de uma forma geral e, em especial, para o desenvolvimento dos municípios limieiros, com reflexo direto em seus habitantes.

- **Projeto SP Criança “Cuidando da Segurança no Trânsito”** O Projeto SPCriança tem como objetivo levar conscientização e dicas informativas de trânsito para alunos da rede pública de ensino. Ensinar e educar são importantes tarefas na formação de um cidadão consciente e por isso o projeto reúne uma série de atividades voltadas à educação no trânsito, com entrega de material educativo às crianças.
- **Rota da Saúde** – Atividade que oferece treinamento para profissionais da saúde, ministrado por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, motoristas de resgate e inspetores de tráfego da CCR SPVias, no qual os participantes têm a oportunidade de aperfeiçoar os conhecimentos teóricos e práticos dos atendimentos pré e intra-hospitalares. Foram realizados três treinamentos ao longo de 2013.
- **O Luxo do Lixo – Objetivo:** Levar gratuitamente mensagens de sustentabilidade aos alunos da rede pública de ensino no intuito de alertar, educar e conscientizar as crianças da necessidade de cuidar do Meio Ambiente em sua totalidade. O projeto foi realizado em 2013 nos municípios de: Águas de Santa Bárbara, Bofete, Capão Bonito, Cerqueira César, Iaras, Itaberá, Santa Cruz do Rio Pardo e Torre de Pedra; Buri, São Miguel Arcanjo, Taquarivaí e Itararé, atingindo um público de **8.882** pessoas.

- **Teatro a Bordo** – Consiste na utilização de um contêiner adaptado com som, luz e tendas. Apresenta diversas manifestações artísticas em cada cidade. A estrutura é montada em praça pública com programações totalmente gratuitas.
O Projeto foi realizado nos municípios de: Itapeva (480 expectadores) e Itapetininga (1.560 expectadores);
- **Painel Instrumental** - Aporte na realização do 20º Festival de MPB – Painel Instrumental, evento realizado pelo Conservatório Dramático e Musical “Dr. Carlos de Campos” de Tatuí. Reúne atividades pedagógicas e artísticas abertas a qualquer interessado e promove oficinas e workshops, além de difusão de novos trabalhos e apresentação de concertos e recitais, todos voltados à música instrumental. **Município: Tatuí. Público: 5.558 atendidos;**
- **Orquestra Bachiana** – Com a regência do maestro João Carlos Martins, a CCR SPVias levou para Avaré, em setembro de 2013, uma das melhores e mais reconhecidas orquestras brasileiras. A Orquestra Bachiana Filarmônica SESI-SP fez apresentação única na Concha Acústica, com entrada gratuita. No programa estiveram obras clássicas de Mozart, Beethoven, Haydn e Mascagni.
O objetivo da apresentação da orquestra foi promover acesso à música clássica por moradores do interior de São Paulo. Público: 2000 pessoas;
- **Campanha do Agasalho:** Campanha realizada em parceria com o Fundo Social do Estado de São Paulo, para arrecadação de donativos que são distribuídos aos municípios do trecho de concessão. **26.219** peças arrecadadas, destinadas aos 26 municípios da área de concessão.
- **Campanha de arrecadação de brinquedos:** Campanha realizada com o apoio dos colaboradores da empresa e parceiros da Concessionária. Os 7.795 brinquedos arrecadados foram doados para os Fundos Sociais de Solidariedade de 22 municípios da área de concessão.
- **Projeto Sacolona** - A CCR SPVias acredita e investe na criatividade e nas iniciativas regionais, ainda mais quando se trata de uma ideia amiga da natureza e da sociedade. No ano de 2012 a CCR SPVias, em parceria com a APROARTES (Associação de Costureiras de Capela do Alto), inicia o Projeto SacoLona, que visa ajudar o meio ambiente, reciclando materiais, criando produtos ecologicamente corretos e gerando empregos e renda na região de sua atuação. Lançado oficialmente em março de 2013, o projeto beneficia atualmente 12 pessoas (entre costureiras e ajudantes).
- **Programa Estrada para Cidadania** – O Estrada para a Cidadania é o principal programa de responsabilidade social do Grupo CCR. O programa visa à redução de acidentes e vítimas do trânsito, por meio de orientação para a formação de pedestres e novos motoristas mais conscientes. O Programa Estrada para a Cidadania conta com material didático exclusivo e leva em consideração a transversalidade das matérias, ou seja, busca inserir a Educação para o Trânsito e Meio Ambiente em diversas disciplinas. O conteúdo é constantemente atualizado, de acordo com a evolução da linguagem, das leis de trânsito, dos conceitos de meio ambiente e das dicas de cidadania.
Na CCR SPVias, em 2013 o Estrada para a Cidadania atendeu 10.074 alunos e capacitou 416 professores das municípios de Alambari, Avaré, Capão Bonito, Capela do Alto, Cesário Lange, Itapetininga, Itatinga, Pardinho, Porangaba, Quadra e Sarapuí

4.3 Segurança viária

A CCR SPVias atua não somente no gerenciamento e na promoção de melhorias das rodovias, mas também no desenvolvimento de condições de segurança e conforto aos usuários em toda a extensão da malha rodoviária.

Estas ações têm contribuído positivamente com a estatística de acidentes de trânsito ao longo das rodovias. Em 1999, ano anterior ao início da concessão, foram registradas 108 mortes, sendo que em 2013 foram constatadas 48 mortes, ou seja, uma redução de 56% no número de mortes. Dentre as ações desenvolvidas em 2013 na área de segurança no trânsito, com o envolvimento de aproximadamente 400 mil pessoas, destacam-se:

- **Campanha “Operação Férias” – viagem segura** - A campanha visa informar ao usuário quanto aos riscos a que está sujeito quando não respeitam as normas de trânsito, orientando o condutor do veículo para que tenha uma postura defensiva em relação ao trânsito na rodovia. Busca a conscientização e disciplina dos condutores de veículos com relação à segurança nas rodovias em determinados períodos do ano, onde ocorre o aumento do tráfego devido às férias e datas comemorativas.
- **Estrada para a saúde – Pit Stop** - O Estrada para a Saúde tem como foco a diminuição dos riscos de acidentes provocados por problemas relacionados à saúde e ao modo de vida dos motoristas. Esse programa é realizado por médicos e enfermeiros e oferece diversos exames de saúde, como verificação de pressão arterial, glicemia (diabetes), colesterol total, triglicérides, avaliação visual, avaliação de peso e altura, além da distribuição de materiais educativos. Foram realizadas onze campanhas ao longo do ano.
- **Campanha viagem segura – motorista/cinto** - A campanha visa informar ao usuário quanto aos riscos a que está sujeito quando não respeitam as normas de trânsito, orientando o condutor do veículo para que tenha uma postura defensiva em relação ao trânsito na rodovia. Busca a conscientização e disciplina dos condutores com relação à segurança nas rodovias e a importância do uso do cinto de segurança em todos os ocupantes do veículo. Foram realizadas três campanhas ao longo do ano.
- **Operação viagem segura – se beber não dirija** - Operação realizada em conjunto com o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, com o objetivo de buscar a conscientização dos responsáveis por estabelecimentos comerciais quanto à lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas às margens das rodovias estaduais, através de orientação e entrega de cópia da Lei nº 9.468/96 e Decreto nº 44.492/99, bem como a implantação de cartazes. A Campanha também contempla a entrega de materiais educativos sobre o tema nos eventos realizados pela Concessionária neste período.
- **Campanha acorda motorista** - O objetivo do ‘Acorda Motorista’ é alertar os caminhoneiros que trafegam pelas rodovias sobre os riscos de dirigir cansado ou por muitas horas. Esta preocupação advém dos altos índices de acidente durante a noite, quando o sono é um fator agravante. Equipes de atendimento da CCR SPVias e da PMRv abordam os caminhoneiros e oferecem café com bolachas, materiais educativos e informações sobre a lei 12619, que define a jornada de trabalho e o descanso semanal do caminhoneiro. Os participantes também aprendem exercícios de ginástica laboral, que podem ser praticados com o auxílio do caminhão. Foram realizadas nove campanhas ao longo do ano.
- **Palestra - direção defensiva** - A palestra aborda procedimentos de condução segura, estatísticas e sobre a saúde do motorista, ressalta a importância da realização de exames periódicos simples, como dormir bem e descansar, fazer pausas durante uma viagem longa e alimentação balanceada. O PRA CCR SPVIAS está embasado na atuação intensiva sobre o elemento humano, considerado principal fator na geração de acidentes de forma geral. Assim concentramos ações na formação da consciência da segurança rodoviária atuando com foco no usuário, buscando uma mudança comportamental dos motoristas. Foram realizadas cinco palestras ao longo do ano.

- **Simulado de acidente** - Durante as simulações, as equipes operacionais são treinadas nos padrões mais próximos da realidade, executando procedimentos de sinalização de tráfego, isolamento e preservação do local do acidente, imobilização de vítimas, monitoramento e gerenciamento da área de risco em conjunto com órgãos oficiais, etc. Os veículos e as vítimas envolvidos no acidente são preparados e disponibilizados no local do evento de maneira complexa, causando um grau de dificuldade operacional às equipes de atendimento. O objetivo dos simulados é treinar e integrar as equipes operacionais que atuam em setores de emergência, visando que o atendimento sempre seja feito da melhor maneira possível, com rapidez e profissionalismo.
- **Palestra – atendimento pré-hospitalar (Orientação prática de APH)** - O PRA CCR SPVIAS está embasado mais uma vez na atuação intensiva sobre o elemento humano. Assim, concentramos ações na formação e capacitação dos envolvidos no atendimento pré-hospitalar, atuando com foco nos profissionais da área de saúde, buscando um aprimoramento nos atendimentos, principalmente em relação a resgate de vítimas em acidentes. Foram realizadas cinco palestra ao longo do ano.
- **Café na passarela** - O PRA CCR SPVIAS está embasado na atuação intensiva sobre o elemento humano, que, de forma geral, trata-se do principal fator na geração de acidentes. Assim, oferecemos café da manhã aos pedestres que utilizam a passarela, visando à conscientização da importância da utilização deste dispositivo de segurança para prevenção de atropelamentos na travessia das rodovias. Foram realizados oito eventos ao longo do ano.
- **Simulado produtos perigosos** - Reduzir as consequências e minimizar os riscos envolvidos em um atendimento de acidente com produtos perigosos, treinando os envolvidos para a manutenção das condições de segurança durante o atendimento, até a chegada das vítimas na rede hospitalar.
- **Rodovia mirim** - A ação educativa, que é realizada em parceria com a PMRV, atende crianças de escolas públicas de cidades pertencentes ao trecho administrado pela CCR SPVias e tem por objetivo promover a educação para o trânsito, por meio de atividades lúdicas em uma rodovia mirim, no qual os participantes podem vivenciar o cotidiano de uma rodovia real. Os alunos recebem materiais educativos, além de conhecerem veículos operacionais.

4.4 Recursos humanos / Geração de empregos

Atendendo uma das diretrizes do Grupo CCR, valorizar a mão de obra regional, a CCR SPVias tem priorizado a geração de empregos entre moradores das cidades lindeiras às rodovias Castello Branco, Antônio Romano Schincariol, Francisco da Silva Pontes, João Mellão, Francisco Alves Negrão e Raposo Tavares, dentro de sua malha viária.

Atualmente, a Companhia gera, em toda a região de influência de suas rodovias, 695 empregos diretos e aproximadamente 1.103 indiretos, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico dos 26 municípios lindeiros.

Preocupada com a capacitação de seus colaboradores para o exercício de suas funções, e com o objetivo de aprimorar a qualidade e o desempenho individual, investe no desenvolvimento de sua equipe, proporcionando convênios com entidades de ensino universitário e treinamentos diversos.

Dentre os treinamentos realizados, destacamos o Programa de Desenvolvimento de Lideranças, além de treinamentos operacionais e de segurança para os profissionais da área de arrecadação, tráfego e atendimento pré-hospitalar.

4.5 Comunicação com o usuário

A CCR SPVias ouve e orienta seus usuários através de diversos canais de comunicação, abertos especialmente para esta finalidade. São eles:

- **Telefone de ligação gratuita (0800);**
- **Internet** – “Fale Conosco”, por meio do site www.spvias.com.br;
- **Bases SAU** – Postos de atendimento disponibilizados aos usuários e localizados em pontos estratégicos, para abrigar os veículos operacionais (inspeção de tráfego, guinchos e ambulâncias);
- **Ouvidoria** - É por meio deste canal direto entre a concessionária e o usuário que este pode registrar suas manifestações. Em 2013, a Ouvidoria recebeu uma média de 499 manifestações por mês, aumento de 58% em relação ao ano anterior, por meio de diferentes canais: 0800, correio eletrônico, telefone e visitas pessoais.

5. Agradecimentos

A Administração da CCR SPVias agradece a todos que contribuíram para o alcance dos objetivos e resultados apresentados, em especial aos Acionistas, ao Poder Concedente, aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, aos usuários, fornecedores e instituições financeiras. Aos nossos colaboradores, nosso agradecimento especial pela dedicação, esforço e resultados alcançados.

6. Considerações finais

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras da Concessionária, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

A Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rodovias Integradas do Oeste S.A.
Tatuí - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras das Rodovias Integradas do Oeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Rodovias Integradas do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2014

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carneiro
José Roberto P. Carneiro
Contador
CRC nº 1 SP 109447/O-6

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo		2013	2012	Passivo		2013	2012
Circulante	Nota			Circulante	Nota		
Caixas e equivalentes de caixa	6	49.049	76.696	Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	13	7.138	21.186
Contas a receber	7	1.111	2.529	Debêntures	14	24.520	844.615
Contas a receber - partes relacionadas	10	32.405	29.884	Fornecedores		20.663	15.350
Impostos a recuperar	8	46	4.279	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	5.059	6.009
Despesas antecipadas		1.435	1.392	Obrigações sociais e trabalhistas		6.143	4.530
Outros créditos		414	3.548	Impostos e contribuições a recolher	15a	9.013	11.811
				Impostos e contribuições parcelados	15b	75	1.142
Total do ativo circulante		84.460	118.328	Obrigações com o poder concedente	24	784	21.951
				Provisão de manutenção	18	55.998	34.459
Não circulante				Comissões a pagar		8.287	6.210
Realizável a longo prazo				Outras contas a pagar		1.008	1.085
Impostos a recuperar	8	105	105				
Depósitos judiciais		79	88	Total do passivo circulante		138.688	968.348
Conta reserva		589	562				
				Não circulante			
		773	755	Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	13	24.343	31.382
Imobilizado	11	37.625	24.352	Debêntures	14	1.198.600	399.170
				Impostos e contribuições parcelados	15b	709	740
Intangível	12	1.677.771	1.617.194	Provisão de manutenção	18	16.459	35.457
				Passivo fiscal diferido	9b	47.236	29.675
Total do ativo não circulante		1.716.169	1.642.301	Provisão para riscos civeis, trabalhistas, tributários e previdenciários	16	1.720	1.620
				Total do passivo não circulante		1.289.067	498.044
				Patrimônio líquido			
Total do ativo		1.800.629	1.760.629	Capital social	19a	205.225	205.225
				Reserva de lucros		167.649	89.012
				Total do patrimônio líquido		372.874	294.237
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.800.629	1.760.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

		<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita operacional líquida	20	596.061	484.545
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(118.962)	(60.628)
Serviços		(76.552)	(85.868)
Custo da outorga		(13.547)	(14.530)
Depreciação e amortização		(71.289)	(63.786)
Custo com pessoal		(20.452)	(14.202)
Provisão de manutenção	18	(19.881)	(21.838)
Materiais, equipamentos e veículos		(2.397)	(2.169)
Outros		(6.255)	(8.215)
		<u>(329.335)</u>	<u>(271.236)</u>
Lucro bruto		<u>266.726</u>	<u>213.309</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(8.314)	(6.530)
Serviços		(9.564)	(8.166)
Materiais, equipamentos e veículos		(602)	(521)
Depreciação e amortização		(379)	(101)
Outros		(5.676)	(467)
		<u>(24.535)</u>	<u>(20.185)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		242.191	197.524
Despesas financeiras	21	(130.039)	(143.062)
Receitas financeiras	21	<u>6.129</u>	<u>6.880</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		118.281	61.342
Imposto de renda e contribuição social - correntes	9a	(22.083)	(6.436)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9a	<u>(17.561)</u>	<u>(15.140)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>78.637</u></u>	<u><u>39.766</u></u>
Lucro líquido por ação (em reais - R\$)		<u><u>0,3832</u></u>	<u><u>0,1938</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstração do resultado abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício	78.637	39.766
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>78.637</u></u>	<u><u>39.766</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital social subscrito	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
		Legal	Especial de dividendos	Retenção de lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2012	205.225	5.471	-	43.775	-	254.471
Lucro do exercício	-	-	-	-	39.766	39.766
Destinações:						
Reserva legal	-	1.988	-	-	(1.988)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	9.445	28.333	(37.778)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>205.225</u>	<u>7.459</u>	<u>9.445</u>	<u>72.108</u>	<u>-</u>	<u>294.237</u>
Lucro do exercício	-	-	-	-	78.637	78.637
Destinações:						
Reserva legal	19b -	3.932	-	-	(3.932)	-
Constituição de reserva de lucros	19b -	-	18.676	56.029	(74.705)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>205.225</u>	<u>11.391</u>	<u>28.121</u>	<u>128.137</u>	<u>-</u>	<u>372.874</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	78.637	39.766
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.561	15.140
Depreciação e amortização	27.727	24.384
Baixa do ativo imobilizado e intangível	528	495
Amortização do direito da concessão	43.941	39.503
Capitalização de custo de empréstimos	(9.158)	(3.759)
Juros e variação monetária sobre debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	109.740	120.409
Variação cambial sobre debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	51	205
Juros e variação monetária sobre mútuos com partes relacionadas	-	3.834
Constituição da provisão de manutenção	19.881	21.837
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	7.905	7.627
Constituição (reversão) da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6)	2
Constituição e juros sobre provisão para riscos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários	544	1.448
Variação monetária sobre as obrigações com o poder concedente	5.308	5.179
Juros sobre impostos parcelados	54	278
	224.076	236.582
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	1.424	(1.605)
Contas a receber partes relacionadas	(2.521)	(3.189)
Impostos a recuperar	4.233	(2.317)
Despesas antecipadas e outras	3.100	(2.552)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	5.313	8.501
Fornecedores partes relacionadas	(950)	(1.536)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.613	2.160
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	16.509	4.141
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(20.459)	-
Obrigações com o poder concedente	(26.475)	(25.127)
Realização da provisão de manutenção	(25.245)	(16.226)
Liquidação de riscos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários	(444)	-
Dividendos e juros s/ capital próprio a receber	-	-
Outras contas a pagar	2.000	87
	260.811	238.685
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(17.936)	(12.829)
Adições ao ativo intangível	(118.952)	(59.856)
	(136.888)	(72.685)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Resgates / aplicações (conta reserva)	(27)	(27)
Pagamento de mútuos com partes relacionadas	-	(71.282)
Empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamento mercantil		
Captações	798.116	398.862
Pagamento de principal	(821.043)	(225.595)
Pagamento de juros	(128.616)	(215.534)
Dividendos pagos	-	(10.138)
	(151.570)	(123.714)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(27.647)	42.286
Demonstração (da redução) do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	76.696	34.410
No final do exercício	49.049	76.696
	(27.647)	42.286

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

a) Constituição e objeto

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço registrado da sede está localizado na Rodovia Antônio Romano Schincariol, (SP-127), Km 112+400, no município de Tatuí, Estado de São Paulo.

A Companhia iniciou suas operações em 10 de fevereiro de 2000 e tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 10 de outubro de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário incluindo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Melão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, de acordo com o Edital de Concorrência nº. 20/CIC/98 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

b) Procedimento Administrativo

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela SPVias solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a SPVias foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 2 de dezembro de 2013, a SPVias apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a SPVias apresentou suas alegações finais.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) Receitas de serviços

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação de serviços.

Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a deliberação CVM 691/12, correlacionada ao CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágio.

O direito de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar a concessão. Este direito está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “q”.

h) Ativos arrendados

- Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº 17.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica recuperação do valor perdido, esta recuperação é registrada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

k) Provisão de manutenção - contrato de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

l) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

m) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção.

n) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social.

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior, além de outras alterações na legislação tributária. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014, a ser regulamentada pela Receita Federal do Brasil. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos da nova norma e aguarda sua regulamentação, para então optar pela data de adoção e a sua conversão em lei. No melhor entendimento da Administração, baseado na opinião de nossos assessores jurídicos, não se espera impactos materiais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

p) *Direito de concessão*

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 24) ao Poder Concedente, sob o entendimento do contrato de concessão ser um contrato executório. No contrato de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a serem cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

q) *Contratos de concessão de serviços - direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)*

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela Concessionária é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

r) Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2013 pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(b)
IFRS 7 e IFRS 9 – Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição	(b)
Modificações a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	Introduz novas exigências de divulgação a entidades de investimento	(a)
IAS 32 – Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros. Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros.	(a)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição.	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12.	(a)
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "joint ventures", eliminando o método de consolidação proporcional.	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização entre outros.	(a)
IFRS 13 - Valor justo	Estabelece em um único IFRS a estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações sobre o mesmo.	(a)
IAS 19 - Benefícios a empregados	Fornecer aos investidores e outros usuários das demonstrações financeiras uma idéia mais clara das obrigações atuais e futuras da empresa, decorrentes de planos de benefícios definidos e como essas obrigações afetarão a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa.	(a)
IAS 27 (R) e IAS 28 (R) - Modificações	Modificações para equalização com as IFRS 10, 11 e 12.	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Em 19 de fevereiro de 2014, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

2	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC01 (R1)
7	Provisão para crédito de liquidação duvidosa
9b	Impostos diferidos
11	Depreciação do ativo imobilizado
12	Amortização dos ativos intangíveis
16	Provisão para riscos
17	Classificação de arrendamento mercantil
18	Provisão de manutenção
22	Instrumentos financeiros

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorrem da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca realizar captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI para debêntures, empréstimos de capital de giro e aplicações financeiras e da TJLP relativo a certos financiamentos. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13 e 14.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures.

O quadro abaixo representa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre de 1 e 2 anos	Entre de 2 e 3 anos	Entre de 3 e 4 anos
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros	7.138	6.794	13.588	3.961
Debêntures	25.470	-	1.200.000	-

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 54.228, substancialmente composto por empréstimos, financiamentos e debêntures, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 14. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente das atividades da Companhia, está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e bancos	6.911	4.140
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>42.138</u>	<u>72.556</u>
	<u>49.049</u>	<u>76.696</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,56% do CDI, equivalente a 8,03% ao ano (8,31% ao ano em 31 de dezembro de 2012).

7. Contas a receber

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Circulante		
Pedágio eletrônico – outros (a)	1.091	2.519
Receitas acessórias	<u>20</u>	<u>16</u>
	1.111	2.535
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (b)	<u>-</u>	<u>(6)</u>
	<u>1.111</u>	<u>2.529</u>

Idade de vencimento dos títulos

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Créditos a vencer	1.081	2.516
Créditos vencidos até 60 dias	30	13
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	2
Créditos vencidos há mais de 361 dias	<u>-</u>	<u>4</u>
	<u>1.111</u>	<u>2.535</u>

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;

(b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, com base no histórico de perda da Companhia.

8. Impostos a recuperar

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Circulante		
IRPJ e CSLL	4	4.063
IRRF	<u>42</u>	<u>216</u>
	<u>46</u>	<u>4.279</u>
Não Circulante		
IRPJ e CSLL	<u>105</u>	<u>105</u>
	<u>105</u>	<u>105</u>

9. Imposto de renda e contribuição social**a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	118.281	61.342
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(40.216)	(20.856)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Crédito nota paulista	4	-
Incentivos relativos ao imposto de renda	944	-
Despesas indedutíveis	(444)	(73)
Despesas com brindes e associações de classe	(119)	(138)
Outros ajustes tributários	22	(509)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	<u>165</u>	<u>-</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(39.644)</u>	<u>(21.576)</u>
Impostos correntes	(22.083)	(6.436)
Impostos diferidos	<u>(17.561)</u>	<u>(15.140)</u>
	<u>(39.644)</u>	<u>(21.576)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33,52%</u>	<u>35,17%</u>

b. Impostos diferidos

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Bases ativas		
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	13.108	23.000
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (b)	16.957	23.771
Constituição da provisão de manutenção (c)	24.635	18.503
Depreciação de obras lançadas no custo (d)	10.668	9.431
Provisão para participação nos resultados (PLR)	718	345
Provisão para despesas com taxa de manutenção de pedágio eletrônico	-	104
Provisão para comissões sobre empréstimos	-	2.111
Provisão para fornecedores	2.868	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	584	551
Outras	207	125
	<u>69.745</u>	<u>77.941</u>
Bases passivas		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo		
Intangível (contábil) (e)	(77.795)	(76.071)
Custo de empréstimos capitalizados (f)	(16.362)	(13.859)
Amortização linear do direito da concessão gerado na aquisição de negócios (fiscal) versus amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (g)	(21.963)	(15.375)
Ajuste valor presente sobre outorga variável - RTT	-	(1.623)
Outras	(861)	(688)
	<u>(116.981)</u>	<u>(107.616)</u>
Passivo diferido líquido	<u>(47.236)</u>	<u>(29.675)</u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

- (a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios;

2014	11.477
2015	1.631
	<u>13.108</u>

- (b) Diferenças temporárias oriundas da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis - Lei nº 11.638/07;
- (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “a”, conforme práticas contábeis - Lei nº 11.638/07;
- (d) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis - Lei nº 11.638/07;
- (e) Diferenças temporárias entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias nos termos das práticas contábeis - Lei nº 11.638/07;

- (f) Diferenças temporárias entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, nos termos das práticas contábeis - Lei nº 11.638/07; e
- (g) Diferenças temporárias entre a amortização fiscal (linear) e contábil (curva de benefício econômico) do direito de concessão gerado na aquisição de negócios, nos termos das práticas contábeis - Lei nº 11.638/07.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

10. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	<u>Transações</u>	<u>Saldos</u>	
		<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
	Serviços prestados	Contas a receber	Fornecedores
Controladora			
CCR S.A. (a)	1.129	11	26
Outras partes relacionadas			
Consórcio de Rodovias Integradas - CORI. (b)	64.666	-	5.028
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (c)	-	32.382	-
Companhia de Participações em Concessões. (d)	2.902	-	-
Inovap 5 Administração e Participações Ltda.	-	8	5
Metrô Bahia	-	4	-
	<u>68.697</u>	<u>32.405</u>	<u>5.059</u>
Total, 31 de dezembro de 2013			
	<u>81.149</u>	<u>29.884</u>	<u>6.009</u>
Total, 31 de dezembro de 2012			

Despesas com profissionais chave da administração

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.447	634
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	(45)	1.077
Previdência privada	124	18
Seguro de vida	6	1
	<u>1.532</u>	<u>1.730</u>

Os montantes referentes às despesas com profissionais chave da administração estão apresentados a seguir:

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Profissionais chave		
Remuneração de administradores (e)	689	688

Na AGO realizada em 30 de abril de 2013, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 2.000, a qual não inclui os encargos sociais.

O valor efetivamente pago relativo à remuneração da administração será aprovado na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros acima:

- (a) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR;
- (b) Refere-se à prestação de serviços de conservação de rotina e manutenção de rodovias, manutenção de operações, inspeção de tráfego, guincho, fornecimento de mão de obra para operação do sistema de arrecadação e serviço de atendimento pré-hospitalar, executados sob responsabilidade e às exclusivas expensas do Consórcio;
- (c) Refere-se aos valores de tarifas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais são repassados à Companhia no mês subsequente;
- (d) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de obras para investimentos, manutenção, conservação da rodovia e serviços de informática; e
- (e) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: Conselho de Administração (somente remuneração fixa), Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária.

11. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2013			2012		
		Custo	De preciação	Líquido	Custo	De preciação	Líquido
Móveis e utensílios	10	2.331	(1.445)	886	2.135	(1.314)	821
Máquinas e equipamentos	13	16.178	(8.372)	7.806	16.433	(7.368)	9.065
Veículos	19	8.527	(5.881)	2.646	8.424	(5.630)	2.794
Instalações e edificações	9	613	(335)	278	613	(279)	334
Sistemas operacionais	14	18.563	(11.478)	7.085	14.481	(10.594)	3.887
Imobilizado em andamento	-	18.924	-	18.924	7.451	-	7.451
		<u>65.136</u>	<u>(27.511)</u>	<u>37.625</u>	<u>49.537</u>	<u>(25.185)</u>	<u>24.352</u>

Movimentação do custo

	2012		2013		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	2.135	-	(6)	202	2.331
Máquinas e equipamentos	16.433	-	(1.315)	1.060	16.178
Veículos	8.424	-	(961)	1.064	8.527
Instalações e edificações	613	-	-	-	613
Sistemas operacionais	14.481	-	(285)	4.367	18.563
Imobilizado em andamento	7.451	18.994	-	(7.521)	18.924
	<u>49.537</u>	<u>18.994</u>	<u>(2.567)</u>	<u>(828)</u>	<u>65.136</u>

	2011		2012		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	1.826	139	(147)	317	2.135
Máquinas e equipamentos	15.905	2.864	(2.649)	313	16.433
Veículos	9.667	1.493	(2.736)	-	8.424
Instalações e edificações	613	-	-	-	613
Sistemas operacionais	11.951	1.580	(43)	993	14.481
Imobilizado em andamento	3.256	7.231	-	(3.036)	7.451
	<u>43.218</u>	<u>13.307</u>	<u>(5.575)</u>	<u>(1.413)</u>	<u>49.537</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 1.058 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 478 em 31 de dezembro de 2012).

Movimentação da depreciação

	2012		2013		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	(1.314)	(137)	6	-	(1.445)
Máquinas e equipamentos	(7.368)	(1.869)	865	-	(8.372)
Veículos	(5.630)	(1.142)	891	-	(5.881)
Instalações e edificações	(279)	(56)	-	-	(335)
Sistemas operacionais	(10.594)	(1.161)	277	-	(11.478)
	<u>(25.185)</u>	<u>(4.365)</u>	<u>2.039</u>	<u>-</u>	<u>(27.511)</u>

	2011		2012		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	(1.255)	(139)	82	(2)	(1.314)
Máquinas e equipamentos	(7.947)	(1.739)	2.319	(1)	(7.368)
Veículos	(7.244)	(1.023)	2.637	-	(5.630)
Instalações e edificações	(223)	(56)	-	-	(279)
Sistemas operacionais	(9.552)	(1.084)	42	-	(10.594)
	<u>(26.221)</u>	<u>(4.041)</u>	<u>5.080</u>	<u>(3)</u>	<u>(25.185)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

12. Ativo intangível

	Taxa anual de amortização - %	2013			2012		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direito da concessão	(*)	1.138.254	(119.949)	1.018.305	1.138.254	(76.008)	1.062.246
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	800.108	(141.474)	658.634	672.956	(118.411)	554.545
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	4.154	(3.322)	832	3.426	(3.023)	403
		<u>1.942.516</u>	<u>(264.745)</u>	<u>1.677.771</u>	<u>1.814.636</u>	<u>(197.442)</u>	<u>1.617.194</u>

(*) Amortização pela curva do benefício econômico

Movimentação do custo

	2012		2013	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direito da concessão	1.138.254	-	-	1.138.254
Direitos de exploração da infraestrutura	672.956	127.052	100	800.108
Direitos de uso de sistemas informatizados	3.426	-	728	4.154
	<u>1.814.636</u>	<u>127.052</u>	<u>828</u>	<u>1.942.516</u>

	2011		2012	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direito da concessão	1.138.254	-	-	1.138.254
Direitos de exploração da infraestrutura	608.406	63.137	1.413	672.956
Direitos de uso de sistemas informatizados	3.426	-	-	3.426
	<u>1.750.086</u>	<u>63.137</u>	<u>1.413</u>	<u>1.814.636</u>

Movimentação da amortização

	2012		2013	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Direito da concessão	(76.008)	(43.941)	(119.949)	
Direitos de exploração da infraestrutura	(118.411)	(23.063)	(141.474)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	(3.023)	(299)	(3.322)	
	<u>(197.442)</u>	<u>(67.303)</u>	<u>(264.745)</u>	

	2011		2012	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direito da concessão	(36.506)	(39.503)	1	(76.008)
Direitos de exploração da infraestrutura	(98.265)	(20.148)	2	(118.411)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(2.828)	(195)	-	(3.023)
	<u>(137.599)</u>	<u>(59.846)</u>	<u>3</u>	<u>(197.442)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 8.100 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 3.281 em 31 de dezembro de 2012). A taxa de capitalização dos custos de empréstimos foi, em média, de 8,46% ao ano durante o exercício de 2013 (26,36% ao mês durante o exercício de 2012).

13. Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil

<u>Instituições Financeiras</u>	<u>Taxas Contratuais (% a.a)</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Em moeda nacional</u>					
1 BNDES FINEM I e CEF	TJLP + 5,50% a.a.	N/I	Setembro de 2013	-	5.817 (b)
1 BNDES FINEM II - Repasse e CEF	TJLP + 5,50% a.a.	N/I	Setembro de 2013	-	5.817 (b)
2 BNDES FINEM III	TJLP + 2,80% a.a.	N/I	janeiro de 2019	31.236	38.048 (b)
Banco Votorantim S.A (Finame)	TJLP + 4,50% a 7,00% a.a	N/I	Setembro de 2013	-	541 (d)
Itaú Leasing S.A. (Arrend.Mercantil)	1,0916% a.m a 1,2640% a.m.	N/I	Dezembro de 2014	221	640 (d)
Bradesco S.A. (Arrend.Mercantil)	1,14% a 2,77% a.m	N/I	Dezembro de 2014	24	53 (d)
Subtotal em moeda nacional				31.481	50.916
<u>Em moeda estrangeira</u>					
1 BNDES FINEM I	Cesta de Moedas + 5,5% a.a	N/I	Outubro de 2013	-	826 (b)
1 BNDES - FINEM II - Repasse e CEF	Cesta de Moedas + 5,5% a.a	N/I	Outubro de 2013	-	826 (b)
Subtotal em moeda estrangeira				-	1.652
Total Geral				31.481	52.568
<u>Total circulante</u>				<u>7.138</u>	<u>21.186</u>
<u>Total não circulante</u>				<u>24.343</u>	<u>31.382</u>

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

Garantias:

- (a) Fiança bancária com aval do acionista controlador.
- (b) Bens financiados.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2013</u>
2015	6.794
2016	6.794
2017	6.794
2018	3.791
2019	170
Total	<u>24.343</u>

A seguir especificamos a principais condições e garantias. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

Nos financiamentos junto ao BNDES e nos contratos de Finame, quando a TJLP for superior à taxa de 6% ao ano, a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.

- Nos dias 16 de setembro de 2013 e 15 de outubro de 2013 foram liquidados os Subcréditos A e B, junto ao BNDES e a Caixa Econômica Federal ficando vigente apenas o valor de R\$ 52.596, junto ao BNDES, com vencimento em 15 de julho de 2018 e remuneração TJLP + 2.80% a.a.
- Em 07 de julho de 2008, a Companhia contratou financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 174.456 (subcrédito A – R\$ 52.526 e subcrédito B – R\$ 121.930).

Para o subcrédito A, o principal está sendo amortizado em 93 parcelas mensais, desde 15 de novembro de 2010 até 15 de julho de 2018, e para o subcrédito B, o principal está sendo amortizado em 78 parcelas mensais entre 15 de agosto de 2012 e 15 de janeiro de 2019.

Os juros são pagos mensalmente para os subcréditos A e B desde novembro de 2010 e agosto de 2012, respectivamente, até os vencimentos finais dos subcréditos.

A principal garantia é manter contratada fiança bancária, garantindo as obrigações decorrentes do contrato, até a sua liquidação.

14. Debêntures

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento final	2013	2012
1 1a Emissão - Série única	116,50% do CDI	0,1433% (a)	-	-	Agosto de 2013	-	829.553 (b)
2 2a Emissão - Série única	109,30% do CDI	0,0803% (a)	1.284	830	Julho de 2016	418.083	414.232 (b)
3 3a Emissão - Série única	105,00% do CDI	0,0727% (a)	1.884	1.520	Mai de 2016	805.037	- (b)
Total geral				2.350		1.223.120	1.243.785
						2013	2012
Circulante							
Debêntures						25.470	844.936
Custos de transação						(950)	(321)
						24.520	844.615
Não Circulante							
Debêntures						1.200.000	400.000
Custos de transação						(1.400)	(830)
						1.198.600	399.170

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias:

- (b) Fidejussória do acionista controlador.

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- No dia 28 de fevereiro de 2013, foi prorrogado o vencimento do principal e juros da 1ª emissão de debêntures para o dia 28 de agosto de 2013.

Em 6 de junho de 2013, a companhia liquidou antecipadamente a 1ª emissão de debêntures de série única, com valor nominal de total de R\$ 800.000.

2. Em 5 de julho de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no total de 40.000 debêntures, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com valor nominal total de R\$ 400.000, na data de emissão.

A amortização do principal será em 5 de julho de 2016 e os juros, em parcelas semestrais, entre 5 de janeiro de 2013 e 5 de julho de 2016.

A emissão conta com a CCR como interveniente garantidora.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, após o 24º mês contado a partir da data de emissão, a exclusivo critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

3. Em 29 de maio de 2013, a companhia realizou a 3ª emissão de 80.000 debêntures, simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos, com valor nominal total de emissão de R\$ 800.000.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em parcela única na data de vencimento, em 29 de maio de 2016.
- Juros: semestrais, entre 29 de novembro de 2013 a 29 de maio de 2016.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, com prêmio do 25º mês ao 36º mês de 0,50% e a partir do 37º mês de 0,25%.

Remuneração: sobre o saldo do valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 105,00% do CDI.

Esta emissão consta com garantia fidejussória através de fiança.

Os principais critérios para o vencimento antecipado da 2ª e 3ª emissão são:

- Distribuir aos acionistas dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Companhia tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios;
- Distribuir aos acionistas do interveniente garantidor de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a interveniente garantidora tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no Estatuto Social da interveniente garantidora e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2013
2016	<u>1.200.000</u>

15. Obrigações fiscais**a) Obrigações fiscais federais e municipais - a recolher**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Circulante		
IRPJ e CSLL	3.049	6.436
ISS	3.141	2.638
Cofins	1.465	1.292
Pis, Cofins e CSLL retidos	367	684
INSS retido	578	394
Pis	317	280
IRRF retido	96	87
	<u>9.013</u>	<u>11.811</u>

b) Impostos e contribuições parceladas

	<u>2012</u>		<u>2013</u>		
	Saldo Inicial	Adições	Realização	Transferências	Total
Circulante					
ISS - Cesário Lange	1.071	10	(1.081)	-	-
Parcelamento Lei 11.941/09 (1)	71	3	(71)	72	75
	<u>1.142</u>	<u>13</u>	<u>(1.152)</u>	<u>72</u>	<u>75</u>
Não circulante					
Parcelamento Lei 11.941/09 (1)	740	41	-	(72)	709
	<u>740</u>	<u>41</u>	<u>-</u>	<u>(72)</u>	<u>709</u>
	<u>2011</u>		<u>2012</u>		
	Saldo Inicial	Adições	Realização	Transferências	Total
Circulante					
ISS - Cesário Lange	190	55	(2.537)	3.363	1.071
PAES	2.071	13	(347)	(1.737)	-
Parcelamento Lei 11.941/09 (1)	64	8	(68)	67	71
	<u>2.325</u>	<u>76</u>	<u>(2.952)</u>	<u>1.693</u>	<u>1.142</u>
Não circulante					
PAES	1.035	5	-	(1.040)	-
Parcelamento Lei 11.941/09 (1)	760	46	-	(66)	740
	<u>1.795</u>	<u>51</u>	<u>-</u>	<u>(1.106)</u>	<u>740</u>

- (1) Os impostos parcelados através da Lei nº 11.941/09, foram homologados pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011, para pagamento em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, atualizadas mensalmente com base na taxa Selic. Os pagamentos iniciaram-se em junho de 2011.

16. Provisão para riscos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir:

	2012		2013			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Provisão de Juros	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	1.481	1.335	(2.229)	(444)	99	242
Trabalhistas e previdenciários	139	17	(102)	-	2	56
Tributárias	-	1.407	-	-	15	1.422
	<u>1.620</u>	<u>2.759</u>	<u>(2.331)</u>	<u>(444)</u>	<u>116</u>	<u>1.720</u>
	2011		2012			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Provisão de Juros	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	172	1.738	(152)	-	(277)	1.481
Trabalhistas e previdenciários	-	139	-	-	-	139
	<u>172</u>	<u>1.877</u>	<u>(152)</u>	<u>-</u>	<u>(277)</u>	<u>1.620</u>

A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados a seguir, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tem em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

Existem também outros riscos passivos relativos às questões cíveis, trabalhistas e tributárias, cuja mensuração do valor e a probabilidade de desfecho não puderam ser determinadas com suficiente segurança, em decorrência do estágio em que se encontram e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras.

	2013	2012
Cíveis e administrativos	2.996	1.481
Trabalhistas e previdenciários	401	139
Tributários (a)	211.775	-
	<u>215.172</u>	<u>1.620</u>

- (a) Em setembro de 2013, foi recebida notificação de lançamento por meio da qual a Receita Federal considerou desnecessárias as despesas relativas ao pagamento por determinados serviços contratados entre 2008 e 2010, tendo glosado seus efeitos na apuração de IRPJ e CSLL, o que resultou na cobrança de tributos e acréscimos no total de aproximadamente R\$ 212 milhões. Também há intimação para que a Concessionária proceda à retificação dos saldos de determinadas contas de ativo imobilizado para fins fiscais, o que, se efetivado, poderia resultar em diferença de até R\$ 25 milhões na apuração de IRPJ e CSLL a partir de 2011. Em 25 de outubro de 2013 a SPVias apresentou sua defesa, e aguarda o julgamento em 1ª Instância administrativa.

17. Arrendamento mercantil financeiro

A Companhia possui ativos obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até três anos, com cláusula de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

Ativo imobilizado – valor líquido

	Taxa média anual de depreciação %	2013			2012		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Veículos	20	1.034	(299)	735	65	(28)	37

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reconheceu como despesa financeira o montante de R\$ 61 e R\$ 187 relativos à despesa de depreciação.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	2013	
	Valor Nominal	Valor Presente
Até um ano	269	245

Os valores presentes acima foram calculados com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

18. Provisão de manutenção

	2012	2013				
	Saldo inicial	Constituição/reversão de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Total
Circulante	34.459	(10.002)	2.270	(25.245)	54.516	55.998
Não circulante	35.457	29.883	5.635	-	(54.516)	16.459
Total	69.916	19.881	7.905	(25.245)	-	72.457

	2011	2012				
	Saldo inicial	Constituição/reversão de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Total
Circulante	24.836	18.960	7.237	(16.226)	(348)	34.459
Não circulante	31.842	2.877	390	-	348	35.457
Total	56.678	21.837	7.627	(16.226)	-	69.916

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2013 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a., 8,20% a.a e 10,14% a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

19. Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social da Companhia é de R\$ 205.225 totalmente integralizado em moeda corrente nacional, representado por 205.225.063 ações nominativas ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

É constituída para a aplicação em investimentos em infraestrutura previstos no orçamento de capital, que será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

d. Reserva especial para dividendo

A Companhia deverá constituir essa reserva de lucros quando tiver dividendo mínimo obrigatório a distribuir, mas sem condição financeiras para seu pagamento, situação em que se utilizará dos previstos nos § 4º e 5º do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, o qual será submetido à aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

Lucro líquido do exercício	78.637
(-) Constituição de reserva legal	<u>(3.932)</u>
Lucro líquido ajustado	<u><u>74.705</u></u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	18.676
Reserva especial para dividendo não distribuído	18.676

20. Receitas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas de pedágio	519.228	461.314
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	118.962	60.628
Receitas acessórias	<u>2.968</u>	<u>2.724</u>
Receita bruta	641.158	524.666
Impostos sobre receitas	(44.994)	(40.143)
Devoluções e abatimentos	<u>(103)</u>	<u>22</u>
Deduções da receita bruta	(45.097)	(40.121)
Receita líquida	<u><u>596.061</u></u>	<u><u>484.545</u></u>

21. Resultado financeiro

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis	(109.740)	(120.409)
Comissões sobre empréstimos e debêntures	(14.303)	(6.167)
Variação monetária sobre obrigações com poder concedente	(5.308)	(5.179)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(136)	(205)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	-	(3.834)
Juros sobre impostos parcelados	(54)	(278)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(7.905)	(7.627)
Capitalização de custos dos empréstimos	9.158	3.759
Outras despesas financeiras	(1.751)	(3.122)
	<u>(130.039)</u>	<u>(143.062)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.054	4.734
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	85	377
Juros e outras receitas financeiras	990	1.769
	<u>6.129</u>	<u>6.880</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(123.910)</u>	<u>(136.182)</u>

22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

	2013			2012		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	42.138	-	-	72.556	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	589	-	-	562	-	-
Contas a receber	-	1.111	-	-	2.529	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	32.405	-	-	29.884	-
Passivos						
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	(245)	-	-	(693)
Debêntures (a)	-	-	(1.223.120)	-	-	(1.243.785)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(31.236)	-	-	(50.224)
Financiamentos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	(1.652)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(21.671)	-	-	(16.435)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(5.059)	-	-	(6.009)
Total	<u>42.727</u>	<u>33.516</u>	<u>(1.281.331)</u>	<u>73.118</u>	<u>32.413</u>	<u>(1.318.798)</u>

(a) Valores líquidos do custo de transação

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas – conta reserva** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional e estrangeira e arrendamento mercantil financeiro** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos.
- **Debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2013		2012	
	Valor contábil (a)	Valor justo	Valor contábil (a)	Valor justo
Debêntures	<u>1.225.470</u>	<u>1.244.714</u>	<u>1.244.936</u>	<u>1.255.676</u>

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2, correspondentes às aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$ 42.138 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 72.556 em 31 de dezembro de 2012).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2014.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽³⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Julho de 2016	1.225.470	(128.400)	(161.258)	(192.901)
As taxas de juros consideradas foram:						
	CDI (2)			9,77%	12,21%	14,66%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

(2) Refere-se à taxa de 31/12/2013, divulgada pela CETIP.

(3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro anterior, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

23. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme a seguir:

- Riscos de Engenharia - Ampliação e melhoramentos, cobertura por obra - R\$ 121.514.
- Risco de Engenharia - Conservação e manutenção - R\$ 20.000.
- Riscos Patrimoniais / Operacionais - R\$ 43.840.
- Responsabilidade Civil - R\$ 16.855.
- Perda de receita - R\$ 43.423.

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 160.968, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

Veículos: Cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 43.500 (R\$ 500 por veículo), sendo R\$ 8.700 (R\$ 100 por veículo) para danos morais.

24. Compromissos vinculados a contrato de concessão

a. Decorrente do direito de outorga variável mensal

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimentos até o último dia do mês subsequente, correspondente a 3% da receita de pedágio e de 25% das receitas acessórias provenientes da utilização da faixa de domínio efetivamente obtida mensalmente, exceto para os meses de julho, agosto, setembro, novembro e dezembro, cuja alíquota foi de 1,5% da receita de pedágio e de 23,5% das receitas acessórias conforme autorizado pelo Poder Concedente. O compromisso em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 784 (R\$ 1.068 em 31 de dezembro de 2012).

No decorrer do exercício, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 14.222, referente ao direito de outorga variável mensal (R\$ 14.749 em 31 de dezembro de 2012).

b. Decorrente do direito de outorga variável anos anteriores

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita de pedágio e de 25% das receitas acessórias provenientes da utilização da faixa de domínio efetivamente obtidas no período de fevereiro de 2005 a janeiro de 2007, com vencimento para pagamento de janeiro de 2012 a dezembro de 2013, em parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pelos mesmos padrões e critérios utilizados para a recomposição da equação econômico-financeira do contrato. Tal diferimento está em conformidade com o Termo Aditivo e Modificativo nº 15 do Contrato de Concessão. O cálculo do valor presente foi efetuado com base na média da taxa estabelecida como retorno de capital próprio, e a taxa média de captação de recursos no mercado financeiro, estabelecida como de retorno do capital de terceiros.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do exercício, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 26.586, referente ao direito de outorga variável (R\$ 25.258 em 31 de dezembro de 2012), liquidando assim, o saldo a pagar relativo ao direito de outorga de anos anteriores que em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 21.951 (R\$ 24.731 em valor nominal).

Durante exercício de 2013, a Companhia reconheceu como despesa financeira no resultado referente a ajuste a valor presente o montante de R\$ 5.308 (R\$ 5.179 em 31 de dezembro de 2012).

c. Compromisso com o Poder Concedente

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Em 31 de dezembro de 2013, esses compromissos totalizavam R\$ 616.171 (R\$ 691.651 em 31 de dezembro de 2012) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes.

Composição do Conselho de Administração

Renato Alves Vale	Presidente
Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro

Composição da Diretoria

Marcio Zuquim Nunes	Diretor Presidente
Jose Salim Kallab Fraiha	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3